

**Economia & Negócios** 

# **///Sterlite Power**

### GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Prezados Acionistas.

A Administração da GBS Participações S.A. ("Companhia") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

#### Sociedade

Ativo/Circulante

Não circulante

Total do ativo

Outros

Partes relacionadas

Realizável a longo prazo

Caixa e equivalentes de caixa

A GBS Participações S.A., é uma Companhia holding nacional, constituída em 23 de junho de 2021 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. É controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

A GBS Participações foi constituída dentro do planejamento de reestruturação societária da Sterlite Brazil e a partir de fevereiro de 2022 passa a ser a controladora direta das SPEs: Goyaz Transmissão de Energia; Borborema Transmissão de Energia e Solaris Transmissão de Energia, através da transferência de 100% das suas ações que até então são de posse e controle direto total da Sterlite Brazil Apresentamos abaixo o quadro de estrutura acionária

Sterlite Power Grid Venture Limited Sterlite Grid 5 Limited 74,92% 25,08%

31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

**BALANÇO PATRIMONIAL** 

#### Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros consumidores, de onde as distribuidoras a levam até a casa dos cidadãos. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia)

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Cabe, ainda, à ANEEL, mediante delegação do MME, conceder o direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor

As concessionárias outorgadas para prestação dos serviços públicos de transmissão de energia, são responsáveis pela conexão das geradoras aos grandes consumidores, ou às empresas distribuidoras ou a outras transmissoras que componham a complexa rede do SIN, estas últimas também reguladas pela ANEEL que lhes fixa uma Receita Anual Permitida (RAP) pela prestação de tais serviços. A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante às transmissoras

mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

A Sociedade é uma empresa de capital fechado e busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governanca corporativa. atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo

#### Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 22 de junho de 2022

A Administração

### **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

PERÍODO DE 23 DE JUNHO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Nota 31/12/2021

Receitas financeiras 9 (3.070.626) Despesas financeiras Resultado financeiro (3.070.626)(3.070.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fir

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PERÍODO DE 23 DE JUNHO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PERÍODO DE 23 DE JUNHO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em reais, exceto guando de outra forma indicado)

Juros e variações monetárias de empréstimos

Aumento (diminuição) nos ativos operacionais

Tributos e contribuições sociais a recolher

Empréstimo para partes relacionadas

Fluxo de caixa aplicado nas atividades

Adiantamento para futuro aumento de capital

Custos de captação de empréstimos apropriados

Aumento (diminuição) nos passivos operacionais

Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais Atividades de investimento

Empréstimos captados líquidos do custo de emissão Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

Variação do saldo de caixa e equivalente de caixa

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Atividades operacionais

Prejuízo do exercício

de investimento

Aumento de capital

1º de janeiro de 2023

Caixa e denósitos hancários

Sterlite Brazil Participações

6. PARTES RELACIONADAS

Atividades de financiamento

31/12/2021

Total de resultados abrangentes (3.070.626)As notas explicativas são parte integrante das demonstrações finan

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA** 

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

se anlicável, anós emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda

não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das

referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após. 1º de janeiro de

2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas

contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após

A Companhia possui operação a receber junto à sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A., integrante do grupo Sterlite, referente a empréstimo concedido sem juros tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de

contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, não se tratan-

do de mútuo e, cujo vencimento ocorrerá em 30 de setembro de 2022

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

31/12/2021

(3.070.626)

2.000.000

(93.850)

265.711 (304.015)

(49.791.458)

(49.791.458)

50.100.100

31/12/2021

31/12/2021

31/03/2022 56.000.000

31/03/2022 (4.000.000)

52.594.750 Circulante 52.594.750

31/03/2022

4.627

100.000

4.627

4.627

4.627

Nota 31/12/2021 52.860.461

265.711 (2.970.526) 100

(3.070.626) (3.070.526)

49.889.935

100.000

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO DE 23 DE JUNHO DE 2021 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nota 31/12/2021 49.796.085 5 4.627

6 49.791.458

93.850

49.889.935

Passivo/Circulante

Patrimônio líquido

Prejuízos acumulados

Capital social

Empréstimos e financiamentos

Tributos e contribuições sociais

Total do passivo e patrimônio líquido

Adiantamento para futuro aumento de capital

<u>Capital social Prejuízos acumulados</u> <u>Subtotal</u> <u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u> Total 100 Integralização de capital 100 Adiantamento para futuro aumento de capital Prejuízo do período 100.000 100.000 (3.070.626) (3.070.626) 100.000 (2.970.526) Saldos em 31 de dezembro de 2021 100 (3.070.626) (3.070.526) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado) 1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A GBS Participações S.A. ("Companhia"), é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de junho de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar - sala 12, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo até dezembro 2021, em maio de 2022 foi alterada para Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar no município de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. 1.2. Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios do gru-po: A administração da Companhia vem acompanhando os impactos do novo coro-navírus (COVID-19) no cenário macroeconômico e em seus negócios e avaliando constantemente os possíveis riscos de inadimplência, em função de uma possível ruptura de fluxo de caixa no sistema. Entretanto, entende que as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica foram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso, mas considera que eventuais atrasos poderão ocorrer até a normalização das atividades do mercado como um todo. A Companhia implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco do novo Coronavírus (COVID-19) e, dessa forma, garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo; sistemas de contingência; restrições de viagens; ampliação de trabalho remoto; limitação de trabalho presencial com obrigatoriedade de agendamento prévio da estação de trabalho presencial com obrigatoriedade de agendamento prévio da estação de trabalho por meio de aplicativo para maior controle por parte da administração; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório; restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos seus colaboradores. Com base na avaliacão acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demons trações financeiras, a administração avaliou os efeitos da Covid-19 e seus impactos (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência

## APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contáa seguir. As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de junho de 2022. 2.2. Continuidade operacional: Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Com-panhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operacões têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus com promissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, porém não entende como um risco uma vez que para reverter esse ponto utilizará recursos oriundos da sua 1ª emissão de debêntures que ocorrerá em março de 2022 com valor planejado de R\$ 597 milhões, para liquidar o empréstimo-ponte iunto ao Banco Modal e ainda em 2022 receberá da sua controladora Sterlite Brazil Participações o montante de R\$ 50 milhões referente ao empréstimo concedido pela Companhia cujo vencimento está programado para setembro de 2022. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas

pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. 2.4. Estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Es-ses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalente de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem venci-mento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Demais** ativos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanco quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. 3.3. Passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cam-biais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.4. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e imputá-los aos dividendos obrigatórios. Quando distribuídos são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. 3.5. Despesas e receitas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, multa e despesas com juros sobre empréstimos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção

### 4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

2021: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; e Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. 4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a sequir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas,

CCB Banco Modal, (Ponte) Total 56.000.000 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital social: A Companhia foi constituída em 23 de junho de 2021 com capital

social autorizado de R\$100,00 divididas em 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da

Companhia é de R\$ 100,00 dividido em 100 ações ordinárias nominativas subscritas

## 4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos Empresa Saldo em 31/12/2020 Captações e adições Custos de

(6.000.000)

(6.000.000)

Banco Modal - CCB (Ponte)

Custos de captação

Juros a pagar

Credor

Apropriação dos custos de captação Juros 2.000.000 594.750 2.000.000 594.750 52.594.750

Encargos

e já integralizadas em moeda corrente nacional, b) Adjantamento para futuro aumento de capital: A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 100.000,00.

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode s Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site



# **///Sterlite Power**

### GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. RESULTADO FINANCEIRO

31/12/2021 Despesas financeiras (594 750) Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos

(2.000.000) (475.754) Comissões e taxas (a) Tarifas bancárias (3.070.626)

(a) Corresponde à apropriação do custo de comissão ao banco Modal referente estruturação do empréstimo-ponte via Cédula de Crédito Bancário (CCB).

### 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e li-quidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. 10.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado Caixa e depósitos bancários Partes relacionadas

Passivos mensurados pelo custo amortizado Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e pass comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: <u>Nivel 1</u> - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - precos cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altar subjetiva ao valor de mercado. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

#### 11. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) <u>Risco de liquidez</u>: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários.

A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma alanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio

#### 12. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade

#### 13. EVENTOS SUBSEQUENTES

i) <u>Aumento de capital</u>: De janeiro a abril de 2022 houve a integralização de capital em R\$ 25.000.000 mediante a emissão de 25.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2022. ii) <u>Transferência do controle</u>: Em 11 de fevereiro de 2022 houve alteração no controle das Companhias Goyaz, Borborema e Solaris passando para GBS Participações S.A., subsidiária da Sterlite Brazil Participações S.A., com transferência de 100% das ações da Goyaz Transmissora de Energia S.A.; Borborema Transmissora de Energia S.A. e Solaris Transmissora de Energia S.A. iii) Emissão de debêntures: A Companhia realizou a primeira emissão de 600.000.000 de debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000,00 em março de 2022, compostas por principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e fiança adicional, amortização do valor nominal unitário atualizado em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em setembro de 2043, remunerada à taxa de IPCA + 7,2731% a.a.. Os recursos recebidos por essa emissão foram utilizados, entre outras coisas, para quitar o seu empréstimo-ponte (CCB) de R\$ 56.000.000 tomado em dezembro de 2021 junto ao Banco Modal. Em março de 2022 a GBS Participações assinou o Contrato de Garantia ("CPG"), tendo como garantidores de participação igualitária os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R\$ 600.000.000 referente à 1ª Emissão de Debêntures. Os pagamentos da comissão de fiança, de acordo com a CPG, são pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto.

### CONTADORA /

Luciana Borges Araujo Amaral - CRC-121211/O-1

### **DIRETORIA**

Luciana Borges Araujo Amaral - Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David - Diretor

Jell Lima de Andrade - Diretor Presidente

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

49.791.458

52.594.750

Nível

Nível

Aos Administradores e Acionistas da GBS Participações S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da GBS Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimo-nial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descri tas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria e da governan-ça pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base conassumble felacionados com a sua cominidados pelacional e o des desses abase com-tábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria preten-da liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do** auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração contábil tomadas em conjunto, esteja livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, pos-sam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração contábil. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante

São Paulo, 22 de junho de 2022



nossos trabalhos.

**ERNST & YOUNG** Auditores Independentes S.S CRC-2SP034519/O-6

Adilvo França Junior Contador - CRC-1BA021419/O-4-T-SP